



A VIRTUDE DA PRUDÊNCIA EM SANTO TOMÁS DE AQUINO

Italo Dant Alves Monteiro¹

The virtue of Prudence in Saint Thomas Aquinas

Resumo:

Um dos fundamentos para a coexistência em sociedade, que visa o bem comum como fim último, é o desenvolvimento de certas qualidades fundamentais, que nos diferem dos reinos infra-humanos, que são as virtudes. A virtude se caracteriza como uma perfeição da operação, nascitura do hábito virtuoso, que tem por consequência, a perfectibilidade do agente. O homem que tende ao seu bem, ao buscar seu aperfeiçoamento, por meio do agir virtuoso, invariavelmente coopera para o fim do agir político, que é o bem comum da pessoa humana numa Sociedade de pessoas humanas, onde reina o respeito a dignidade do homem e seus direitos democráticos. Porém, para o bom agir, na hora certa, da forma certa, demanda o cultivo de outra virtude intelectual, mas de aplicação prática, a virtude cardeal por excelência: a Prudência.

Palavras-chave: Ética. Prudência. Filosofia Medieval.

Abstract:

One of the bases for coexistence in society, which aims the common good as the ultimate goal, is the development of certain fundamental qualities, which differentiate us from infra-human realms, which are the virtues. Virtue is defined as a perfection of the operation, born of the virtuous habit, which has, as a result, the perfectibility of the agent. The man who tends to his good, when seeking his improvement, through virtuous action, invariably cooperates to the purpose of political action, which is the common good of the human person in a society of human persons, where the respect of human dignity and democratic rights reigns. However, to act well, at the right time, in the right way, demands the cultivation of another intellectual virtue, but of practical application, the cardinal virtue for excellence: the Prudence.

Keywords: Ethics. Prudence. Medieval Philosophy.

1. Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1068-7515>.

1. INTRODUÇÃO

Santo Tomás de Aquino foi um teólogo medieval do eferescente século XIII, que junto com Santo Alberto da Colônia, conhecido como o Grande, foram os responsáveis por encontrar os princípios compatíveis entre a filosofia grega, em especial a filosofia aristotélica, e a teologia cristã, que "reconciliou Aristóteles com Cristo" (CHESTERTON, 2015, p. 27). E "por todo seu amor à filosofia grega, nos salvou de sermos platônicos" (CHESTERTON, 2015, p. 28), pois foi essa tradução de pensamento, criticado por muitos agostinianos que erroneamente acusaram e ainda acusam Santo Tomás de sê-lo contrário, que livrou o pensamento ocidental do pessimismo agostiniano referente a política e a antropologia.

É bem verdade que Santo Tomás fazia reflexões teológicas com elementos filosóficos, e de que ele nunca foi um filósofo puro, como os que vemos na atualidade. É também óbvio que ele fazia trabalhos filosóficos, comentando a vasta obra aristotélica e em partes, a obra neoplatônica vigente em seu tempo, mas sempre em vista do uso teológico dessa filosofia, dialogando com autores de escolas filosóficas paralelas a escolástica, como Moisés Maimônides, respeitosamente chamado de "Rabi Moisés", Averróis, o Comentador por excelência de Aristóteles, Avicena, dentre outros.

O que levou muitos a questionar acerca da escolástica medieval: existiu de fato, uma verdadeira filosofia, e filosofia cristã, para ser mais exata, durante a idade média ou foram meras tentativas copiadas de movimentos paralelos, como o islamismo e o judaísmo? Segundo Etienne Gilson, a resposta a essa questão é positiva (GILSON, 2006, p. 8-12), porém, deve ser vista e extraída do labor teológico. A filosofia cristã, não existia como uma carreira acadêmica independente, nem mesmo entre os mestres leigos das letras e das artes liberais, que com os devidos méritos, atuavam livremente nas escolas e universidades.

A filosofia medieval existe dentro do trabalho teológico, mas como uma parte preambular ou como um elemento integrante e harmônico da Revelação, quadro este patente em Santo Alberto, que estava completamente persuadido, assim como os neoplatônicos e árabes, de que a verdade filosófica completa estaria numa concordância entre Platão e Aristóteles (GILSON, 2013, p. 630, 721). E um exemplo claro desse ensejo conciliador, é

a "conversão" da ética teleológica das virtudes aristotélicas onde Santo Tomás de Aquino constrói seu "edifício" moral, na qual, segundo Jacques Maritain:

podemos entender o bem do homem de dois modos diversos (bem que não seja o puro ato de conhecer a verdade). Mas podemos entender o bem do homem de dois modos diversos; pode tratar-se de tais ou tais bens particulares e pode tratar-se do bem que é, por si só, o Bem do homem, e do qual depende, como se costuma dizer, o sentido da vida humana (MARITAIN, 1966, p. 164. *Itálico e negrito do autor*).

Com incontestável novidade, Santo Tomás integra-a perfeitamente num organismo teológico filosófico, e onde o bem individual e comunitário, torna-se alcançável tanto naturalmente, quanto sobrenaturalmente, relacionando-se com a prática das virtudes e com sua ideia da convergência entre o Ser e o Bem. Ou seja, o homem que tende ao seu bem particular, na medida que se purifica, buscando seu aperfeiçoamento, por meio do agir virtuoso, através de uma via unitiva com o Bem, se dirige a caminho que diretamente coopera para o fim do bem político, que é o bem comum da pessoa humana numa Sociedade de pessoas humanas, onde reina o respeito a dignidade do homem em sua inteireza, dos direitos dos homens e dos seus direitos democráticos (MARITAIN, 1959, pg. 23).

O fundamento da sua tese, da dupla beatitude, uma natural e acessível a todos que agem virtuosamente, logo, racionalmente, e outra que converge no fim último humano, a visão beatífica sobrenatural de Deus, é um dos exemplos clássicos dessa tradução do aristotelismo para o plano do agir na vida cristã em comunidade, que tem origem e fim com a ética das virtudes, que para Santo Tomás, ganha uma nova roupagem, a revelia do repúdio dos agostinianos medievais e de outros que temiam uma possível paganização do cristianismo com a introdução de ideais gregas, árabes e neoplatônicas.

Em relação a vida comunitária e sobre os fundamentos para a coexistência em sociedade de pessoas humanas, que divirjam ou não de credo, etnia ou qualquer outro acidente, mas que visa o bem comum como fim último, torna-se claro a necessidade do desenvolvimento de certas qualidades fundamentais, que nos diferem dos reinos infra-humanos, que são as virtudes.

A virtude se caracteriza como uma perfeição da operação, que nasce do hábito virtuoso, que tem por consequência, a perfectibilidade do agente. Porém, para

o bom agir, na hora certa, da forma certa, demanda o cultivo de outra virtude intelectual, mas de aplicação prática, a virtude cardeal por excelência: a Prudência.

Nossos dias se tornaram demasiados sensíveis quanto a segunda das virtudes cardeais, a Justiça. Se fala muito sobre a virtude da Justiça, sua aplicação, sua definição e a sua ausência nos variados espectros da sociedade.

Porém, parece ter ocorrido um esquecimento da Prudência, seus requisitos, sua definição, dessa virtude que precede e dá sentido autêntico a Justiça, assim como das demais virtudes morais, as virtudes práticas e ao alcance de todos, visto que "a verdadeira dignidade do homem e a sua excelência reside nos seus costumes, isto é, na sua virtude" (LEÃO, 1891, p. 13).

Mas antes de definir o que é a Prudência, e o seu contrário, e como adquirir tão benéfica virtude, precisamos definir o que é a Virtude e o que é o seu contrário, o Vício.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Santo Tomás de Aquino adere a noção de Bem de Pseudo-Dionísio Areopagita, segundo o qual bom é o que convém a razão. Sendo o homem essencialmente racional, logo, bom é o que convir a sua forma, aquilo que ele é essencialmente, e mal, o que contrariar a forma substancial do homem, a racionalidade. Segundo Tomás, a bondade de um ato depende do objeto do ato voluntário interior, ou seja, do fim proposto à vontade pela razão. Portanto, a bondade do ato voluntário depende da reta ordenação do ato para seu fim, a sua intenção, assim como depende da concretização de tal intenção na realidade, por meio da eleição. Logo, o bem de uma coisa é o que lhe convém em razão de sua forma, e sendo a forma do homem à alma racional, bom é o que é conveniente a razão, e mau, seu contrário, e agir bem, é agir racionalmente, tendo em vista o ato voluntário interior e a sua materialização no mundo, a eleição (S. Th., Ia IIae, q. 18, a. 5 ao 8).

Isso levanta uma questão: algo pode ser bom para mim, e não ser para o outro. De fato, alguém pode ser apaixonado por Machado de Assis e outro pode abominar Paulo Coelho.

Porém, o bem a que Santo Tomás se refere não é apenas

uma reação emocional e acidental de certo gosto pessoal humano, e sim, o que é universalmente para todos, não só em seu aspecto intelectual, mas também em seu aspecto formal, isto é, nos objetos reais, da razão e/ou lógicos, em todos os tempos, locais e demais vicissitudes, a despeito e independente das contingências humana, até mesmo nos casos e situações mais extremadas, onde categoricamente, devemos "recorrer a razão, com a qual todos somos obrigados a concordar" (S. C. Gentiles, L. I, c. II).

Por exemplo: todos concordamos que ao penalizar um criminoso, o bom juiz atuará bem, na medida em que age justamente, dando ao criminoso o que lhe é devido, independente das contingências. Da mesma forma, concordamos que um mal juiz, julgará mal, quando age contrariamente a essa justa medida.

Uma pessoa que furta algo, sem causar dano a ninguém, para saciar a fome, deve ter penas leves ou até mesmo ser inocentado do crime, algo que habitualmente se configura como furto famélico. Mas um homicida ou um traficante de drogas, ao contrário, deve ser penalizado de forma justa, levando em consideração a gravidade do crime e aos danos ao indivíduo e ao bem comum, a curto, médio e longo prazo.

Logo, começa-se a delimitar e ficar claro uma das características da virtude: os juízos da razão, nos atos que são virtuosos, estão submetidos a uma determinada medida. Logo, o ato excelente, está num justo meio. Mas o que configura esse ato como excelente, e como torná-lo um hábito? Mas afinal, o que é a Virtude?

A virtude se define como um "hábito eletivo, existente no justo meio, determinado pela reta razão" (S. Th., q. 47, a. 1).

Vamos definir os termos desta sentença.

A virtude é uma inclinação para agir conforme a razão. Somente uma ação, que age de acordo com os ditos da razão, da forma como um sábio agiria, pode ser considerada virtuosa. Logo, a ação para ser virtuosa, precisa ser meditada e balizada pela razão. A virtude é então uma espécie de perscrutadora da via operacional, ela não é meramente abstrata, mas prática. A ação moral, predisposta pela razão, age no singular mutável, com os olhos no universal imutável. Logo, a virtude se define como uma espécie de inclinação para agir conforme a razão. Portanto a virtude é uma perfeição do ato humano

(S. Th., Ia IIae, q. 55, a. 3), pois é conforme a natureza racional humana.

O hábito é uma disposição determinante da potência, em comparação a algo. Ou seja, o hábito torna-se virtuoso, quando os atos são virtuosos, atuam na mediania áurea, e tornam-se viciosos, quando os atos são errôneos, e atuam nos extremos malfazejos.

O justo meio ou mediedade é o termo médio entre o excesso e a falta, determinado pela reta razão, a razão determinada. Não é meramente uma determinação aritmética. A mediania deve ser determinada pela reta razão. Sendo a virtude o justo meio entre dois hábitos viciosos, um deles, o excesso e o outro, a falta (AQUINO, 2014, p. 98), a virtude habita o espaço intermediário entre a responsabilidade e as inclinações dissipadoras, ela é uma espécie de caminho entre os abrunhos do mundo, que leva os navegantes seguramente ao porto. E essa determinada medida, não é algo fixo e imóvel. Ela adequa-se ao contexto mutável onde ocorre o ato da razão.

Tomemos a virtude da coragem como exemplo. Numa batalha campal, confrontar cinquenta soldados, seria um ato temerário, o vício mais ao extremo da coragem, porém, se meu líder de pelotão estiver ferido e caído ao chão, exangue, e o soldado abandonar seu líder, decidir por fugir dessa situação concreta, seria um ato covarde, o outro extremo do vício oposto a Coragem.

Logo, agir de forma corajosa, virtuosa, nesse contexto, depende de um certo julgamento, modulado pela razão, o que Santo Tomás chama de Reta Razão ou Razão Determinada. A reta razão é uma qualidade fundamental pertencente a virtude racional, fundamento das virtudes intelectuais, ao compreender sua utilização no mundo e aperfeiçoá-la a partir das virtudes morais, a qual corresponde à sua forma racional (S. Th., Ia IIae, q. 71, a. 1). O homem virtuoso, modulado pela razão reta, que busca ao justo meio, corresponde ao que persegue, procurando sempre evitar os excessos e extremos (AQUINO, 2014, p. 73), tornando-se assim, a partir do agir moral, mais arguto e sábio. Percebemos então a fina sintonia entre o agir prático e intelectual que rege a vida do sábio.

Descoberto então, que qualquer virtude, reside na mediania entre o excesso e falta e sabendo que nossa ação é o meio pela qual a virtude nasce e se desenvolve em nós, cabe-nos o domínio sobre o hábito bom ou mau.

O bem de algo é agir conforme sua natureza, operando de acordo com a sua forma, e a forma própria do homem é ser um animal racional, logo, é preciso sempre que ele aja segundo a reta razão (AQUINO, 2014, p. 67). A reta razão é o resultado do ordenamento das virtudes intelectuais no homem, tendo como fruto o agir virtuoso moral.

E essa reta ordenação de que o homem precisa não só no pensar, mas no querer, leva-nos a distinguir entre as virtudes intelectuais e volicionais. As virtudes intelectuais são quatro, e as virtudes morais são três, respectivamente: intelecto ou entendimento, a virtude pelo qual se apreende a natureza das coisas; ciência, a virtude pela qual alguém é capaz de julgar as coisas criadas como elas são; sapiência, a virtude pela qual alguém apreende aquelas coisas que pertencem a Deus, conhecidas através da luz natural da razão; prudência, conhecer os meios para atingir determinado fim. As virtudes morais são três: justiça, render a outro o que lhe é devido; temperança, a virtude que modera os prazeres; e a fortaleza ou coragem, a complacência ao suportar o árduo.

As virtudes intelectuais são mais facilmente adquiridas através da educação, pela experiência, pela instrução e pelo exemplo, de alguém que já possua tais virtudes, que já pôs a prova o que ensina e consegue transmitir com mais facilidade. Seria absurdo descartar a investigação pessoal, mas sabendo que o processo de aprendizado tende ao infinito, as virtudes intelectuais demandariam um longo tempo de experiência para sua comprovação. Portanto, para se alcançar as virtudes mais elevadas, as intelectuais, a prática das virtudes deve-se iniciar pelas virtudes morais, que são mais facilmente conhecidas, para chegar as virtudes intelectuais, pois como vimos, essas virtudes intelectuais são aprimoradas pelas virtudes morais, como também apreendidas.

Em miúdos, a virtude é um hábito eletivo de acordo com a reta razão, a virtude é uma "disposição do perfeito para o ótimo; e chamo perfeito ao que é disposto segundo a natureza" (S. Th., Ia IIae, q. 71, a. 1). Eu sou perfeitamente humano, tenho dois braços, duas pernas, etc., mas posso ser otimamente humano, ao adquirir a virtude, ao aperfeiçoar minha natureza. Logo, a virtude é uma certa bondade, pois a bondade de uma coisa é ordenar-se conforme a sua natureza.

E o vício? Que consequência teria esse tipo de hábito? Santo Tomás declara que o vício é algo que "que vem

faltar a perfeição da natureza" (S. Th., Ia Ilae, q. 71, a. 1). Santo Agostinho é mais categórico, ele determina que "o vício é contra a natureza, logo e não pode senão prejudicar a natureza" (2012, p. 49). Santo Tomás, percebendo essa realidade, seja anedoticamente ou teoricamente, destaca que "os homens tornam-se perversos pela corrupção da virtude, quando seguem os prazeres proibidos e que não devem ser perseguidos, ou quando fogem das tristezas que deveriam enfrentar. Em ambos os casos, há o afastamento da reta razão" (AQUINO, 2014, p. 40).

O mau agir ou mal ato, o desvio do ato conforme a natureza, é aquilo que se opõe a finalidade de certa natureza, implicando um ato desordenado, ao passo que o vício se opõe a essência direta da virtude, pois o vício de qualquer coisa consiste em ela não ter a disposição que lhe convém a natureza.

Portanto, segundo ambos Santo Agostinho e Santo Tomás, o vício perverte a natureza, e pode até mesmo chegar no extremo, perverter a própria reta razão, perder o denominador comum dos homens, o que o difere dos reinos infra-humanos. E se o erro se consumir num hábito vicioso por tempo prolongado, acaba por remover todo e qualquer remorso de consciência, na medida que o agente se deteriora.

Ademais as virtudes ainda se diferenciam entre as virtudes gerais e especiais: as virtudes gerais, ou cardeais, simbolizam a sua necessidade para o bem da agir de todas as outras virtudes. A palavra cardeal vem de "cardo", gonzo, porque todas as outras virtudes giram em torno delas, dependem delas. Então, faz-se necessário adquirir a virtude cardeal por excelência, o hábito que determina o bem de todo o agir humano, a virtude que nos ajuda a tornarmos o que somos realmente.

Longe de diminuir a pessoa humana, a virtude significa que quem a prática, é alguém verdadeiro e autêntico. A virtude é a elevação do homem, como diz Santo Tomás, *ultimum potentiae*, ou seja, é a plena realização das possibilidades humanas. A prudência então é a verdadeira "arte de assumir responsabilidades, ela não é uma inimiga das iniciativas, mas sua inspiradora, ela não sugere razões para não fazer o bem, mas aquela que se esforça, ao contrário, ela sugere fazer maximamente o bem. Ela é a virtude que conforma a vida ao ideal." (SÁENZ, 2021, p. 120).

A prudência diz respeito ao domínio prático, pois não

basta saber o que é bom e reto, é necessário aplicá-lo às situações, conduzindo ao fim visado pela vontade: a prudência é a mais rara virtude intelectual, é a "recta ratio agibilium", pois quando desempenha todas as funções, inclui todas as virtudes (S. Th., Ia Ilae, q. 57, a. 5; q. 58, a. 4 e 5). A prudência nos faz encontrar meios concretos de implantar os propósitos. A prudência consiste em passar determinado propósito ao ato. Junto com as outras virtudes morais, formam as virtudes cardeais: elas regulam toda a conduta humana, na medida em que estas virtudes participam da vida racional. A razão é aperfeiçoada pela prudência, a vontade pela justiça, a conduta interna é regulada pela temperança, enquanto as paixões desordenadas e irascíveis pela fortaleza (S. Th., Ia Ilae, q. 61, a. 2).

A palavra prudência é uma contração da palavra providência, é a mesma palavra providência sincopada, com uma contração de fonemas. Cícero a descreve como "aqueles que podemos chamar prudentes, isto é, providentes" (SÁENZ, 2021, p. 121), são palavras sinônimas, o que concorda Santo Tomás, quando diz que o próprio nome de prudência é tomado de providência, como de sua parte principal (S. Th., Ia Ilae, q. 47, a. 1). A língua grega, mais rica, emprega dois termos para descrever o mesmo: *pronóia*, que significa conhecimento prévio ou antecipado, que Cícero traduz por *providentia*, traduzido do latim como "previsão", uma visão antecipada, e *frónesis*, que ele traduz por *prudencia*. São palavras equivalentes e ambas conotam um conhecimento possível.

A respeito do conhecimento humano e sua ação, a prudência serve-se da temporalidade, que são o passado, o presente e o futuro para estimar essa visão antecipada desde longe. O passado é objeto da memória, o presente é objeto da inteligência, e o futuro é objeto da providência, na qual a previsão do futuro se baseia na experiência do agente em seu passado e a partir do seu presente. A prudência então pressupõe e inclui a memória e a inteligência, utilizando-a para prever e organizar os acontecimentos pela capacidade racional da providência, sendo esta previsão o elemento fundamental da prudência (S. Th., Ia Ilae, q. 48, a. único; SÁENZ, 2021, p. 122).

Dessa forma, a palavra prudência significa conhecimento prático, competência, previsão, discernimento, é uma habilidade relacionada a aptidão para discernir os casos concretos e singulares do nosso cotidiano. É uma sabedoria no agir, uma arte de aplicar as

regras gerais da razão nos casos particulares.

Mas que lugar ocupa essa virtude no organismo moral?

Santo Tomás deixa claro que o "mérito da prudência não consiste só em considerar; mas em aplicar-se à ação, que é o fim da razão prática" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 1, r. 3). Por isso é comum distinguirmos homens práticos de homens especulativos, políticos e filósofos, respectivamente. E a união de ambas as qualidades, são rara nos homens, principalmente nos homens práticos, os de ação e que atuam na política. O mesmo é válido para as ciências, em geral, os homens especulativos sofrem quando precisam ter que agir. Diferente das ciências e virtudes especulativas, a prudência tem a vista a prática, o caso singular e mutável, e não visa, especificamente, o universal, o imutável, justamente por partir da experiência e buscar prevê o futuro. Seu objeto é o contingente e o temporal, enquanto as ciências especulativas têm por objeto o que é necessário, eterno, universal, o que não muda e nem pode ser de outra maneira, nem depende das circunstâncias, como as verdades lógicas, matemáticas e metafísicas.

Mas ainda assim, a prudência é uma espécie de sabedoria, mas é uma sabedoria essencialmente prática, uma ciência do como se deve viver retamente. Nesse sentido disse Cícero que assim como a medicina é a arte da saúde e a direção do navio é a arte da navegação, assim a prudência é a arte de viver (SÁENZ, 2021, p. 125).

Santo Tomás complementa que "a prudência não é ciência. A ciência pertence aos universais, mas a prudência age através do singular, porque ela diz respeito ao operável, que é o singular" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 2, r. 3).

Ela atua no móvel, no caso concreto e particular de determinada situação. Mas isso levanta outro ponto fundamental: para se agir retamente no singular, é necessário conhecer o universal.

É sabido que esse conhecimento dos singulares se obtém pelos sentidos e pela experiência, logo a prudência também se funda na experiência e na vida dos homens.

Por isso Santo Tomás qualifica que "o prudente precisa conhecer tanto os primeiros princípios universais da razão quanto as realidades concretas sobre as quais versa a ação" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 3). Ou seja, a prudência é um conhecimento diretivo, pois como diz o Filósofo, "a

prudência não tem sua sede nos sentidos externos, pelos quais conhecemos os sensíveis próprios; mas, no sentido interno, aperfeiçoado pela memória e pela experiência, de modo a julgar prontamente das experiências particulares" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 3, r. 3).

O ato conjugado a prudência imprime um cunho operativo ao conhecimento prévio, que se consoma na ação transformadora da realidade.

Logo, a prudência não é meramente uma virtude intelectual, mas sendo uma virtude especial, ela é também uma virtude moral, é uma virtude que integraliza a pessoa humana, e ninguém se torna sábio sem ela. Ela não se contenta em mostrar onde está o verdadeiro bem: mas manda executá-lo. Ela se opõe a dúvida, a inércia, a passividade, mas também não se confunde com o zelo cego ou com a audácia (SÁENZ, 2021, p. 126). A prudência aplica a justa e ordenada razão no agir. É por isso que Santo Tomás a qualifica como a "rainha das virtudes morais", e também "a mãe das virtudes", sobretudo das virtudes cardeais.

Em relação ao seu oposto, ao vício da Imprudência, ela se dá de várias formas, pois só o erro é múltiplo, enquanto o agir corretamente é sempre certo e unívoco ao bem ao que almeja, além de ser "impossível alguém ser prudente sem ser bom" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 13). Ela pode ocorrer por um ato de omissão, evitando algum dos requisitos da prática dessa virtude. A falta de meditação e a inconstância são diferentes modalidades da Imprudência. A falta de circunspeção e de cautela frente as realidades concretas que envolvem o agir, ou a negligência de uma decisão são outras. Em todas, ocorre uma carência.

Uma segunda modalidade é a inconstância, esse vício leva a perder todo o processo do ato prudencial em sua fase mais decisiva, que é quando se passa para o âmbito da aplicação de certo juízo na realidade.

Também existem falsas prudências, como a astúcia. A astúcia é a forma mais típica da falsa prudência. Ela se chama assim por semelhança, pois segundo Santo Tomás, "o prudente é o que dispõe bem o que deve fazer, para alcançar um fim bom, assim o que dispõe meios convenientes para um mau fim, tem a falsa prudência, por não ser um verdadeiro bem aquilo que se propõe como fim" (S. Th., IIa IIae, q. 47, a. 13).

No geral, a falsa prudência se caracteriza pela máxima de "os fins justificam os meios", o que é diametralmente oposto a virtude prudencial, e temos como exemplo o ladrão que é bom no que faz. O sentido próprio da prudência é que não só o fim das operações humanas deve convir com a razão, com a verdade, mas assim também o caminho, os meios que a ela conduz. É próprio da prudência assinalar e estabelecer o "justo meio", e não qualquer meio. Santo Tomás determina que "em todas as coisas reguladas, o correto consiste em adequar-se a regra. A adequação é a média entre o mais e o menos. Portanto, é necessário que a retidão da virtude consista no meio entre aquilo que superabunda e aquilo que é deficiente, no que se refere a medida da razão reta." (SÁENZ, 2021, p. 139)

Ou seja, é o meio entre dois extremos, carência e o excesso, que reduz a regra da razão, ao justo meio. O justo meio não consiste em uma mediocridade, mas em um cume entre dois desvios opostos, dois abrulhos perigosos para o agente, e conseqüentemente, para a própria sociedade na qual este faz parte em última instância.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como diz o Filósofo: "É preciso, pois, atentar para a qualidade dos atos que praticamos, porquanto da sua diferença se pode aquilatar a diferença de caracteres. E não é coisa de somenos que desde a nossa juventude nos habituemos desta ou daquela maneira. Tem, pelo contrário, imensa importância, ou melhor: tudo depende disso." (ARISTÓTELES, 1991, p. 28). Logo, a perda dessa virtude na sociedade, longe de ser meramente um fenômeno natural, parece ser resultado de múltiplos fatores.

Percebe-se então que existe uma capacidade perfectiva na personalidade, mas também uma capacidade degenerativa, arraigada na natureza humana, e é nessa projeção, que ocorre o desenvolvimento tanto da humanidade quanto da personalidade, no sentido de aperfeiçoamento das operações e de seu ser como homem, quanto da sua decadência como homem ao se render aos vícios e se bestializar.

O agente que opera perfeitamente, torna-se um agente perfeito, é a partir do bem agir, que o homem desenvolve suas potencialidades e humaniza-se concretamente. É

essa concretização da razão que ajudam o homem a viver segundo o que ele é, enquanto o erro e o vício fazem o oposto. E é a partir disso que ocorre a desumanização e degradação do próprio agente, possibilitando até mesmo a corrupção da sua razão.

Cabe-nos então adquirir "a virtude dos Príncipes", como dizia Aristóteles ao falar dela, pois somente aquele que é prudente pode ser justo, forte e temperante.

A prudência faz sentir seu efeito em toda e qualquer virtude, e não há virtude que não participe da prudência. A prudência, é, portanto, causa, raiz, mãe, medida, exemplo, guia e razão formal de todas as virtudes morais, que são o preâmbulo das virtudes intelectuais.

Na prudência, segundo Santo Tomás, sendo está a soberana da conduta, consuma-se essencialmente na felicidade da vida ativa e concreta.

4. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, **Ética a Nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross, 4a. Edição, São Paulo: Editora Nova Cultural, Ltda., 1991.

AGOSTINHO, Santo. **A Cidade de Deus: (contra os pagãos)**, parte II, tradução de Oscar Paes Leme, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012.

AQUINO, Tomás de. **Suma Contra os Gentios**. Tradução para o português de D. Odilão Moura, O.S.B e D. Ludgero Jaspers, O.S.B. Campinas, São Paulo: Editora Ecclesiae, 2017.

AQUINO, Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução para o português de Alexandre Correia. Campinas, São Paulo: Editora Ecclesiae, 2016.

AQUINO, Tomás de. **Comentário ao segundo livro da Ética a Nicômaco de Aristóteles**. Tradução para o português de Tiago Tondinelli. Campinas, São Paulo: Editora Ecclesiae, 2014.

CHESTERTON, G. K. **Santo Tomás de Aquino**. Tradução de Antônio Emilio Angueth de Araújo. Campinas, São Paulo: Editora Ecclesiae, 2015.

GILSON, Etienne. **O Espírito da Filosofia Medieval**, 3º ed.; São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**, 1º ed.; São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

XIII, Leão. Carta Encíclica **Rerum Novarum: Sobre a condição dos operários**, Roma, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 22 out.2022.

MARITAIN, Jacques. **Introdução Geral à Filosofia**. Tradução de Ilza das Neves e Heloísa de Oliveira Penteadó, revista por Irineu da Cruz Guimarães. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1966.

MARITAIN, Jacques. **O Homem e o Estado**, 3ª ed.; Tradução de Alceu Amoroso Lima. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1959.

SÁENZ, Alfredo. **As Virtudes Fundamentais**. Rio de Janeiro: Ed. CDB, 2021.